

**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas e dez minutos, na sede da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, localizada no SCS Quadra 8, Bloco B-50 – 1º subsolo – Edifício Venâncio – Brasília/DF, reuniu-se o Conselho Fiscal da Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, convocado na forma Art. 15 do Regimento Interno do Conselho Fiscal. A reunião contou com a presença do Presidente do Conselho, **ÉDER SOUSA VOGADO** e da Conselheira, **MILA ROCHA**. O Conselheiro **DUÍLIO MALFATTI JÚNIOR** justificou sua ausência. Participaram da reunião os seguintes convidados: a Gerente-Executiva de Governança Corporativa, **MARIA ALICE BUENO ACCORSI**; o Gerente-Executivo de Orçamento, Finanças e Contabilidade, **RUBEM SÉRGIO SILVA ROSA**; os Auditores Adjuntos, **ANTÔNIO GERARDO DE OLIVEIRA JÚNIOR** e **LOURIVAL MEDEIROS**; da Gerente de Contabilidade, **ELIZABETH RODRIGUES**; e da Assessora da Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas, **MARIA CRISTINA BRANDÃO SANTOS**. Secretariou a reunião o Assessor **RODRIGO BARROS**. O presidente do Conselho, Éder Vogado, saudou os presentes e iniciou a reunião contextualizando os fatos ocorridos entre esta reunião e aquela ocorrida em 21 de dezembro. Disse que solicitou prévia das Demonstrações Contábeis à Gerente Elizabeth Rodrigues, considerando a necessidade de análise da Absorção do Prejuízo do exercício de 2017. Da análise das Demonstrações Contábeis foi verificado prejuízo superior a 5 milhões, identificados pelo Teste de *Impairment*, e mudança de critério da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como baixas de bens. A realização do primeiro se deu em função de recomendação de exercícios anteriores dos órgãos de Auditoria e no parecer do Conselho Fiscal. O Presidente do Conselho destacou a relação direta da baixa de bens com resultado da Empresa bem como os reconhecimentos ocorridos no final do exercício. Destacou ainda que os fatos que ocasionaram o prejuízo referem-se a situações que agora estão reconhecidas em demonstrativos correspondentes ao estado patrimonial dos bens. Foi ressaltado pelo Presidente que o Teste de *Impairment* já deveria ter sido realizado há mais tempo, em especial pela situação dos bens que remontam às empresas que a EBC sucedeu, os quais, em boa quantidade, estão completamente deteriorados ou sem uso para Empresa. O Presidente do Conselho ressaltou ainda que apesar do resultado negativo, ele é 50% menor que o apurado em 2016. Ressaltou a decisão da Empresa em sanar as inconsistências e realizar todos os ajustes no exercício de 2017. O Presidente falou sobre a confecção do laudo do *Deemed Cost*, em atendimento à recomendação da Auditoria Externa, o qual foi encaminhado à Coordenação de Participações da Secretaria do Tesouro Nacional para análise de viabilidade do registro. Destacou ainda o esforço empreendido pela Empresa em sanar as pendências relacionadas aos saldos dos créditos a receber há mais de 10 anos e que se encontravam pendentes de regularização, bem como os trabalhos de Auditoria Interna e a compatibilização das pendências das recomendações dos órgãos de controle e Auditoria Externa. Outro ponto que foi salientado e, em razão da indefinição referente aos montantes repassados pelo Tesouro Nacional, e ainda, se os mesmos deveriam ser ou não

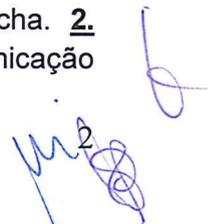
1
mif

**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

devolvidos a esta Secretaria, o Presidente do Conselho Fiscal orientou a Empresa a agendar reuniões com as áreas de Contabilidade da União, Participações e Programação Financeira, da STN com vistas à construção do entendimento. Foi encaminhado e-mail à COPAR, informando sobre a realização do Teste de *Impairment* e solicitando o agendamento de reunião posterior para discussão do *Deemed Cost*. No mesmo e-mail foi solicitado apoio para o registro da AFAC, considerando que os bens foram alvo de *Teste de Impairment* e passarão a ter valor menor do que o registrado, bem como apoio quanto aos montantes recebidos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública – CFRP, já citados anteriormente. O Presidente do Conselho informou que foi encaminhado e-mail pela Gerente Elizabeth Rodrigues em 26 de janeiro de 2018, no qual foi comunicado o ajuste dos valores do *Teste de Impairment* e que tiveram de passar por nova aprovação da DIREX e do CONSAD. Foi informada pela Gerente Elizabeth Rodrigues, a identificação, pelo fiscal de contrato, de valores que não estavam corretos, e comunicado à empresa que realizou o *Teste de Impairment*, que por sua vez reconheceu o erro promovendo os devidos esclarecimentos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. O Presidente do Conselho Fiscal citou o Relatório nº 5/2017 da Auditoria Interna, que trata dos bens móveis, o qual, por conta da realização do Teste de *Impairment* se absteve de fazer recomendações. Desta forma, com a realização do Teste de *Impairment* e outras baixas de bens móveis, o Presidente do Conselho Fiscal solicitou análise e posicionamento desta Unidade em especial, porque houve aumento de bens em processo de localização e sem plaqueta de patrimônio, conforme Relatório das Demonstrações Contábeis, bem como avaliação e baixas patrimoniais. **1. PAUTA DELIBERATIVA Item 1.1 APROVADA** a Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2017. O Presidente do Conselho questionou os participantes se todos tiveram acesso à minuta da ata, para eventuais colaborações. Todos os presentes responderam positivamente. Perguntou à conselheira Mila Rocha se havia alguma consideração sobre a documentação objeto da reunião, em especial sobre os contratos, e ela respondeu negativamente. **Item 1.2 EXAMINADA** a Absorção do Prejuízo apurado no exercício de 2017. O Presidente do Conselho destacou que o prejuízo apurado foi inferior ao ano passado. Destacou que a Empresa apresentava um resultado positivo no terceiro trimestre, da ordem de R\$ 79 milhões, mas que, em função dos ajustes ocorridos no mês de dezembro, que envolviam recursos diferidos, baixas contábeis de bens móveis, intangíveis, recomposição da AFAC, reconhecimento de dívida e, em especial, por conta do Teste de *Impairment*, resultou em prejuízo para Empresa. O Presidente do Conselho Fiscal ressaltou ainda a importância do trabalho realizado considerando o aprimoramento na gestão patrimonial e ratificou o atendimento da recomendação da Auditoria Externa para realização do Teste de *Impairment*. Assim, registrou o alto volume de baixas contábeis ocorridas no exercício. Concluiu afirmando que a Absorção do Prejuízo foi examinada e compreendida pelo Conselho Fiscal, posição apoiada pela Conselheira Mila Rocha. **2. PAUTA INFORMATIVA Item 2.1 ESTATUTO SOCIAL** da Empresa Brasil de Comunicação



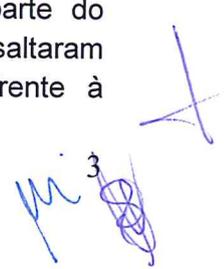
**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

S/A. A Gerente Executiva de Governança Corporativa, Maria Alice Accorsi fez o CONFIS saber sobre o andamento da aprovação do novo Estatuto Social da EBC. Informou que após o envio do documento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e SEST, o mesmo retornou à EBC com várias alterações, entre elas, a que vinculava a Empresa à Casa Civil, tal como dispõe a lei nº 11.652/2008, e não à Secretaria Geral da Presidência da República. Relatou ao Conselho que o documento com as alterações propostas pela PGFN foi aprovado pela Diretoria Executiva em reunião realizada no dia 6 de fevereiro de 2018, e que seguirá novamente para a PGFN, com ponderações feitas pela EBC baseadas no Parecer Jurídico, emitido pela Consultoria Jurídica da Empresa. Destacou que, no entendimento da CONJU, a questão das férias dos Diretores deve obedecer à CLT e também que na minuta que veio da SEST o Diretor-Presidente da Empresa poderia comandar o CONSAD nas ausências do Presidente do colegiado, o que foi retirado, uma vez que o dirigente não pode presidir Conselho ao qual presta conta. O Presidente do CONFIS solicitou envio de documentos pela SECEX, para avaliação. **Item 2.2 APRESENTADO** pela Gerente Executiva de Marketing e Negócios, Liloye Boubli, o funcionamento e a estrutura comercial da EBC. A Gerente Executiva Liloye Boubli, destacou que está há um ano na Empresa à frente da Gerência Executiva de Marketing e Negócios – GEMAN e ressaltou a mudança da área, que deixou de ser uma diretoria em 2016, é hoje uma Gerência Executiva e passará a ser uma Gerência. Apresentou a estrutura e a necessidade de prospecção por conta dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, bem como a incorporação do *marketing* à unidade, que tem produzido ótimos resultados e atuado com relevância e visibilidade junto à sociedade. Contextualizou a queda brutal dos valores de publicidade institucional, de 15 milhões para 3 milhões e 700 mil reais. A Publicidade Legal mostra uma queda e sofre influência direta da situação política e crise econômica que atravessa o país e que a EBC está em busca de novos clientes. A Conselheira Mila Rocha destacou uma queda decorrente da redução de editais, publicação de contratos e a Assessora Cristina Brandão citou que houve um regramento na publicação, para redução de custos por parte dos órgãos. O Auditor Adjunto Antônio Gerardo Júnior destacou a existência de diretriz que indica a necessidade de que para cada novo produto adquirido ou produzido seja apresentado um plano de negócios. A Gerente Executiva Liloye Boubli, destacou a limitação da Empresa por não comportar a capacidade de fazer os chamados “Institucionais” ou “formatos de conteúdo”, que são os produtos de grande relevância para a Empresa e geradores de receita, devido à falta de estrutura e de pessoal. Neste contexto, a Conselheira Mila Rocha destacou que, além desta perda de receita, existe um grande potencial de conteúdo não explorado pela Empresa, o que leva o cliente a procurar outros parceiros. Neste ínterim foi novamente ressaltada a redução de estrutura e o risco de servidores que deixarão a Empresa no Plano de Demissão Voluntária, por parte do Conselho Fiscal. O Presidente do Conselho Fiscal e a Conselheira Mila Rocha ressaltaram que foram citadas várias vezes o risco de estrutura e capital intelectual frente à

3

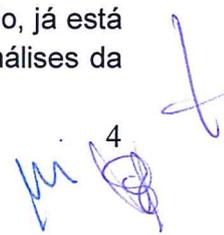


**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

competitividade. A Gerente Executiva Maria Alice Accorsi destacou sua preocupação sobre a expectativa expressa do Governo em relação à Empresa e, o que esperar da Comunicação Pública. A Conselheira Mila Rocha destacou a perda de meios de massa para *internet* e que “notícias congeladas” não vendem mais, em razão da internet ser mais barata, dinâmica, rápida e com acesso muito maior. A Gerente-Executiva Liloye Boubli destacou que havia uma orientação governamental para que os Órgãos Federais investissem 2% em publicidade com a EBC. Com o cenário de escassez, esta situação não ocorre, com a consequente redução nos valores de receita da Empresa, inclusive pela SECOM. Hoje são buscados recursos na área privada, com visitas ao Banco do Brasil e Nestlé, entre outras, considerando a restrição orçamentária nos órgãos de governo. Outro ponto importante na apresentação realizada pela Gerente Executiva Liloye Boubli foi a questão do acervo patrimonial da Empresa, que não se encontra digitalizado. A Conselheira Mila Rocha, chamou a atenção para a perda de oportunidade por conta do acervo patrimonial, que representa ativo de alto potencial comercial. A Gerente Executiva Liloye Boubli, destacou que já houveram tentativas de obtenção de recurso junto ao BNDES, mas que existem barreiras legais. A Assessora Cristina Brandão destacou a dificuldade de digitalização do acervo formato U-matic, considerando a existência de duas máquinas no país que digitalizam vídeos neste formato e apenas uma em funcionamento. Ressaltou também que a patrimonialidade deve ficar na EBC. A Gerente Executiva Liloye lembrou, ainda, que a Auditoria Interna realizou um trabalho sobre a gestão do Acervo, O Auditor Adjunto Antonio Gerardo Júnior informou que o referido trabalho está concluído e que o Plano Interno de Providências – PIP correspondente está em fase de negociação com as áreas envolvidas. A Conselheira, Mila Rocha, elogiou a apresentação e afirmou que o potencial da EBC para captação de recursos e geração de receita por meio desta área de produtos é enorme, principalmente pelo vasto acervo que a Empresa possui. O Presidente do Conselho, Éder Vogado, também elogiou a apresentação e ratificou a necessidade de digitalização do acervo da EBC. Os Conselheiros manifestaram o desejo de participar de apresentação sobre licenciamentos, que será feita pela Gerente Executiva Liloye Boubli. O Presidente do Conselho solicitou para a Gerente Executiva Liloye Boubli a apresentação realizada, em formato *powerpoint*, que a enviará para a SECEX que, por sua vez, a disponibilizará para o Conselho Fiscal. O Presidente solicitou, também, cópia do Relatório da Auditoria Interna sobre o assunto. **Item 2.3 ENTREGUE** a relação de contratos administrativos e termos aditivos celebrados em dezembro de 2017. **Item 2.4 ENTREGUES** o Relatório da Auditoria Interna nº 8, sobre conformidade das atividades inerentes à Ouvidoria e Relatório nº 9, que tratou de dispensa de licitação. Sobre o Relatório nº 8, O Presidente do Conselho Fiscal destacou, em especial, no que tange à divulgação das ações da Ouvidoria, a não execução de atividades previstas em normativos, o que lhe causou preocupação. O Auditor Adjunto, Antônio Gerardo Júnior, registrou que no Plano de Providências, anexo ao Relatório, já está pactuado com a Direção da Empresa um prazo para a EBC voltar a divulgar as análises da

4


**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

Ouvidoria, atividade suspensa desde 2013, adequando-se à essa determinação legal. Foi destacada a mudança de Ouvidor e que a Auditoria Interna fará novo contato para contextualizar e apresentar novamente o Plano de Providências. Sobre o Relatório nº 9/2017, entregue no dia anterior à reunião, o Presidente do Conselho Fiscal voltou a salientar grande preocupação e recomendar a adoção de providências em relação à demora na tramitação de processos de contratação, o que leva a Empresa a contratações emergenciais. Solicitou especial atenção à Conselheira Mila Rocha para uma melhor avaliação do conteúdo deste Relatório pelo volume de contratações emergenciais, assunto apontado pelo Auditor Adjunto Antônio Gerardo Júnior, como já motivado por recomendações da Ciset. O Auditor ressaltou que este processo é essencial na operacionalização da empresa, destacou que o tema é considerado relevante desde o Planejamento Estratégico realizado em 2012, época em que foi criado projeto específico para tratar da questão, contudo foi descontinuado. Em 2015, outro projeto foi iniciado e também foi descontinuado, mesmo já tendo sido realizados o mapeamento e o redesenho do processo, bem como apresentado o plano de melhorias e que não se poderia perder a memória e a inteligência construída nesses projetos. A respeito das contratações emergenciais o Auditor destacou, também, a Orientação Normativa nº 11 da Advocacia Geral da União que determina que, no caso de contratações emergenciais, sejam apuradas as causas e, se cabível, haja responsabilização, na forma da Lei. O Gerente Executivo Rubem Rosa destacou a necessidade em apurar responsabilidade para estes casos. O Presidente do Conselho Fiscal solicitou mudança da cultura nos processos licitatórios da Empresa. O Auditor Adjunto Antônio Gerardo Júnior destacou que a Ciset solicitou a padronização de procedimentos dentro da Empresa. **Item 2.5 ENTREGUES** as seguintes atas de reuniões da Diretoria Executiva: 10ª Ordinária, realizada em 24 de outubro de 2017; 11ª Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2017; 12ª Ordinária, realizada em 5 de dezembro de 2017; 19ª Extraordinária, realizada em 29 e 30 de novembro de 2017; 20ª Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2017; 21ª Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2017; 22ª Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2017; 23ª Extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2017; 1ª Ordinária, realizada em 9 de janeiro de 2018; e 1ª Extraordinária, realizada em 2 de janeiro de 2018. **Item 2.6 ENTREGUES** as seguintes atas de reuniões do Conselho de Administração: 10ª Ordinária, realizada em 30 de outubro de 2017; 11ª Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2017; 9ª Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2017; 11ª Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2017; e 12ª Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2017. **OUTROS ASSUNTOS e ENTREGAS DO PLANO DE TRABALHO:** A Gerente de Carreiras, Patricea Carazza fez relato ao CONFIS sobre o Plano de Demissão Voluntária da EBC - PDV. O Presidente do Conselho Fiscal solicitou atenção aos benefícios pós-emprego para evitar qualquer tipo de problema e impacto nas Demonstrações Contábeis, bem como controle e monitoramento dos valores pagos pós-rescisão, com informações pontuais ao

Mila 5

**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

Conselho Fiscal. A Gerente, Patrícia Carazza informou que todos os valores serão pagos em única vez. Destacou que, do público potencial de 554 servidores, apenas 115 aderiram ao PDV. A Gerente Patrícia Carazza destacou que era de conhecimento da DIAFI que as adesões não atingiriam a totalidade do público potencial, mas que a Empresa tinha expectativa de um número maior. A Conselheira Mila Rocha perguntou qual foi o percentual de expectativa de adesão e a Gerente respondeu que inferior a 50%. Ressaltou que já houve quatro desistências e que o número poderia aumentar, considerando que o prazo final é o dia 15 de fevereiro de 2018. Foi estimado um custo de 100 milhões de reais, mas com o número atual de adesões, este valor seria de aproximadamente 25 milhões de reais. O Auditor Lourival destacou o conjunto de palestras e os esclarecimentos que foram prestados aos empregados, inclusive tratando do planejamento futuro e educação financeira. A Gerente Patrícia Carazza informou que serão duas turmas, sendo a primeira acontecerá em 20 de fevereiro e a segunda em 20 de março, considerando a necessidade de transmissão de conhecimento. O Presidente do Conselho, Éder Vogado solicitou que o CONFIS monitore o atendimento dos benefícios do PDV. O Presidente do Conselho Fiscal elogiou o trabalho da Diretoria de Administração, Finanças e Pessoas – DIAFI, no item “créditos a receber” e solicitou à Assessora Cristina Brandão, relatório comparando a solicitação contida no Relatório de Auditoria e de Auditoria Externa, com as ações adotadas pela Empresa, em que pese o percentual baixado/restante e devidos encaminhamentos, inclusive jurídicos, até o dia 20 de fevereiro de 2018, o que foi acordado. Para outros itens que serão subsídio para a emissão do Parecer do Conselho Fiscal, o Presidente Éder Vogado solicitou informações sobre o relatório de Administração de 2017, onde foi destacado o seu andamento com prazo de envio das áreas para a SECEX, que consolidará o documento, até o dia 20 de fevereiro e posterior envio ao Conselho Fiscal. Quanto ao relatório de Auditoria Externa referente às demonstrações contábeis de 2017, a contadora Elizabeth destacou que o prazo para o envio pela Empresa contratada é até o dia 20 de fevereiro de 2018. O Presidente do Conselho Fiscal solicitou o envio o quanto antes. Sobre o relatório de Auditoria Interna referente às demonstrações contábeis de 2017, o prazo para envio, acordado com a unidade de auditoria interna, considerando as observações complementares solicitadas pelo Conselho Fiscal acerca do relatório nº 5/2017 é no dia 2 de março de 2018. O Presidente solicitou ainda ao Sr. Rodrigo Barros um relatório sobre o acompanhamento do Plano de Trabalho do CONFIS para fundamentação do Parecer do Conselho Fiscal que deverá ser emitido até o dia 13 de março, considerando que a Assembleia Geral Ordinária acontecerá no dia 13 de abril de 2018. O Presidente Éder Vogado perguntou quem substituiu o Diretor de Tecnologia José de Arimatéia e foi informado pelo Sr. Rodrigo Barros ter sido Alexandre Graziani. A Conselheira Mila Rocha destacou a necessidade de apresentação da área pelo novo diretor considerando a situação já difícil apresentada anteriormente com apontamento das necessidades. O Presidente do Conselho Fiscal destacou que na certidão do SICAF consta um item chamado

Mi 6

**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

“ocorrência: consta”. A Sra. Cristina Brandão solicitou a um servidor e foi apresentado durante a reunião que não havia pendência, incluindo entrega da consulta ao Conselho Fiscal. O Presidente perguntou qual o motivo da diferença no valor de R\$ 32.250,17 que consta do arquivo de NFS a receber na conta contábil 112210106. A contadora Elizabeth Rodrigues destacou que esta diferença se encontra nos contas-correntes das contas e que após o período de fechamento destacará responsável para o seu levantamento, sendo acordado um prazo até o mês de julho de 2018 para a regularização. O Presidente do Conselho Fiscal destacou uma conversa com o Diretor Presidente, Sr. Laerte Rimoli, sobre reunião que teria na Casa Civil acerca da reestruturação da Empresa. Ressaltou a importância do trabalho que envolve adequação ao cenário econômico atual, porém alertou novamente quanto a eventuais prejuízos em estruturas nas áreas da Empresa, bem como a perda de competitividade. O Presidente do Conselho Fiscal questionou, quanto ao item 19 do Plano de Trabalho do CONFIS, referente à inscrição no CADIN da ex Dirigente Regina Lúcia que se encerra em 15 de fevereiro de 2018 (FUNTELPA). A Sra. Cristina Brandão e o Sr. Rubem Rosa destacaram que ela apresentou defesa, porém sem condição de acolhimento porque comprou equipamentos não previstos no plano de trabalho. O Auditor Antônio Gerardo destacou que a TCE – Tomada de Contas Especial já foi pra Ciset. O Sr. Rubem Rosa destacou que há uma expectativa de corte de 30% do orçamento de 2018 e, por consequência, que a Empresa tenha que repetir a estratégia do ano passado com a emissão de várias notas de empenho para cada contrato. Destacou que na Conformidade de Registro de Gestão em 2017 foram emitidos 109.944 lançamentos no SIAFI o que o número é bastante significativo, considerado o baixo quantitativo de operadores deste sistema. Quanto aos dividendos, objeto de nota do relatório das demonstrações contábeis, o Presidente do Conselho Fiscal solicitou novamente esforço da Empresa na solução, considerando que o montante cresceu em 2 milhões de reais. Rubem citou a dificuldade, pois no exercício anterior possuía recurso financeiro, mas não havia cota orçamentária disponível. O Presidente do Conselho Fiscal destacou que as medidas adotadas voltadas à redução de custos adotadas pela Empresa e destacadas no relatório das demonstrações contábeis do exercício de 2017, item 25.2, serão refletidas no resultado da Empresa a partir do exercício de 2018, como por exemplo as renegociações de contrato e Sinal Analógico. Pede informações também sobre as Resoluções CGPAR 21, 22 e 23 de 26 de janeiro de 2018 e sobre como está o atendimento das demais, solicitando da Sra. Maria Alice da Secretaria Executiva, nova apresentação contextualizando o estágio atual em que se encontram. Sobre a nota 24 do relatório das demonstrações contábeis, o Presidente questionou o estágio atual do montante de 92 milhões, à época, que deveriam ter sido transferidos à EBC. A Consultora Adjunta de Contencioso, Mariângela Costa, informou ao CONFIS o andamento das ações contra a Associação Roquette Pinto – ACERP e sobre o contencioso trabalhista da Empresa. A consultora iniciou dizendo que está em prazo de manifestação por parte da Associação. Destacou que o montante que trata dos recursos

mi

**ATA DA 1ª REUNIÃO ODINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA EMPRESA BRASIL
DE COMUNICAÇÃO S/A – EBC**

CNPJ: 09.168.704/0001-42

NIRE: 53.5.0000348-7

financeiros está em julgamento no Distrito Federal e o que trata do patrimônio, no estado do Rio de Janeiro. Quanto à parte financeira, aguarda a liberação de honorários do perito e o juiz solicitou a manifestação das partes. Quanto à parte patrimonial, citou que o processo está concluso para o juiz, mas que o resultado ainda não foi apresentado para saber se entra com audiência de conciliação ou não. A consultora destacou ainda que as ações trabalhistas estão sendo monitoradas mais de perto e que depois da reforma trabalhista caiu muito o quantitativo. Destacou que o CONSAD solicitou uma apresentação sobre o contencioso trabalhista para o primeiro trimestre, com o intuito de verificar fragilidades de controle nas unidades da ponta. O Presidente do Conselho Fiscal pediu o envio do contencioso trabalhista atualizado para cada reunião. O Auditor Adjunto, Antônio Gerardo Júnior informou que a Auditoria Interna produzirá relatório sobre o contencioso trabalhista. Para a próxima reunião deverá ser realizada apresentação da DOTEK contextualizando a situação atual e necessidades da Diretoria, e outra pela SECEX com o andamento das resoluções da CGPAR. O Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Esta Ata, após contribuições dos participantes da reunião foi lida e aprovada foi assinada pelos membros do Conselho e pelo Assessor Rodrigo Barros.



ÉDER SOUSA VOGADO
Presidente do Conselho



MILA ROCHA
Conselheira



RODRIGO BARROS
Assessor